

INOVA

Working Paper
611

2017



Accredited by:



Member of:



Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Justificação

Jorge Braga de Macedo

Revisto, 15 de Junho de 2017

Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Justificação

Jorge Braga de Macedo

ACL, Académie Royale de Belgique, CG&G, Center for International Governance Innovation

Resumo

Divulga-se um esboço de Carta à Rainha Lusófona com menos de mil palavras, seguido de dois textos justificativos inseridos no projeto dito da *Letter to Queen Lusophonia* cuja sigla LQL serve para tornar perceptível em inglês a diversidade da lusofonia no espaço e no tempo. O projeto decorre de um protocolo assinado há quase dez anos entre o Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), o Centro Globalização e Governança da Nova SBE (CG&G) e o Instituto de Investigação Científica Tropical (integrado na Universidade de Lisboa em 2015). O primeiro texto, que serviu de base a uma apresentação em Maio passado na Reitoria da ULisboa, desconstrói em doze pontos as duas cartas à Rainha de Inglaterra (1300 e 1500 palavras respetivamente), acrescentando mais três referentes à LQL. O segundo texto trata da lusofonia global com base numa comunicação à Classe de Letras da ACL em 23 de julho de 2009, ainda inédita. Aí se esmiuçam muitos dos argumentos contidos no primeiro texto e na edição alargada de *Writing to Queens while Crises Proceed* lançada na Nova SBE em Maio de 2015, em memória de Jacinto Nunes, onde se abordam trabalhos do Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia bem como a lusofonia energética.

Abstract

A draft Letter to Queen Lusophonia on the crises proceeding since 2008 is published here in Portuguese. It draws on a research project carried out by the Lisbon Academy of Sciences (ACL), the Center for Globalization & Governance at Nova SBE and the Tropical Research Institute (part of the University of Lisbon since 2015) and it is followed by two texts. The first deconstructs the points in the Letters to Queen Elizabeth written by the British Academy in 2009 and 2010 and those written to a fictional Portuguese-speaking Queen, taking into account the 2015 edition of *Writing to Queens while Crises Proceed*, dedicated to the memory of Jacinto Nunes. The second updates a presentation at ACL on Global Lusophonia, signaling greater awareness of the complementarity between economic potential and cultural legacy in the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP) insofar as its members, observers and their areas of economic integration encompass the globe. Evidence is provided from the Strategic Council on Open Economy and Energy@CPLP, as described in the 2015 edition of *Writing to Queens*.

CARTA À RAINHA SOBRE LUSOFONIA GLOBAL

Atrevem-se a escrever a Vossa Majestade Lusófona alguns sócios da instituição fundada a 24 de dezembro de 1779 em Lisboa pela Rainha Maria I. Recordando os navegadores que “entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram”, cremos na natureza espiritual desse singular reino sublimado a partir da ocidental praia lusitana onde está sedeadada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Não esquecemos, porém, as convulsões ibéricas e depois europeias, monárquicas e depois republicanas, coloniais e depois independentistas pelas quais passaram tantos territórios que as viagens marítimas da primeira globalização aproximaram do extremo ocidental da Europa. De tal maneira que a fundadora morreu no Rio de Janeiro há duzentos anos, a descolonização africana se consumou há quarenta e a autodeterminação de Timor há menos de vinte.

Assim, na CPLP permanecem ambíguas as pertenças dos cidadãos, tal como as suas liberdades sofreram e sofrem restrições de natureza política e financeira. Por outro lado, esses cidadãos e seus descendentes formam comunidades em todo o mundo, justificando que se encontre lusofilia em toda a parte, incluindo nas vizinhanças de outras línguas latinas.

A despeito das raízes antigas da lusofonia global, o tema que trazemos a Vossa Majestade, decorre da travagem da terceira globalização, que, depois de acelerar com o fim da Guerra Fria, travou desde que, vai para dez anos, uma falência bancária ameaçou dois grandes países anglófonos, esteios da segunda globalização. A surpresa da vinda foi tamanha que, logo em Novembro de 2008, a Vossa homóloga reinante, durante uma visita à escola de economia londrina, perguntou a razão de ninguém ter antecipado tão grande crise.

Logo um economista ibérico retorquiu que ninguém teve “visão de conjunto” para prever o momento. Em Março de 2009, o Presidente do Brasil recebeu a visita do seu homólogo britânico que queria coordenar uma resposta à crise mas ele ripostou que não era com ele uma “crise de olhos azuis”. Só que esta não se ficou pelos países de olhos azuis que não podiam ter crises - logo se globalizou!

Nem por isso falaram da globalização da crise as duas cartas que, em Julho de 2009 e Fevereiro de 2010, Isabel II recebeu de dois sócios da Academia fundada pelo seu avô. A primeira culpava o “encanto dos políticos pelo mercado” em vez dos economistas. A segunda sugeria que a Rainha atendesse à supervisão financeira, então atribuída a três entidades conflituantes.

Logo então entendemos que, ao contrário da resposta à pergunta da Vossa homóloga, esta carta combinaria contributos de sócios de Letras e Ciências - e abarcaria o globo. Entre os contributos iniciais, contou-se o de um engenheiro francófono, filiado na instituição fundada em 16 de Dezembro de 1772 pela Imperatriz Maria Teresa de Áustria. A ele se deveu a Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global, aprovada em 30 de setembro de 2008 no Laboratório de Estado que sucedeu à Comissão de Cartografia fundada pelo Rei Luís em 1883, no período das explorações terrestres em África. Seguiu-se uma declaração em Maputo, e a ambas se associou a CPLP.

Apesar de ter revelado vontade de melhorar o “conhecimento mútuo” referido na Declaração de Bissau sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio em 2006 e de assim reforçar a “amizade mútua” do tratado instituidor de 1996, a CPLP deve reforçar a pertença comum dos

nove países membros. Esta Carta escrita em português pretende fomentar tal conhecimento mútuo a partir de vários testemunhos reunidos desde 2011.

Assim, um físico salientou a complexidade da relação dos instrumentos financeiros entre si e com a economia no seu todo, apontando depois para o potencial da lusofonia energética. Um economista usou a conquista de Constantinopla como analogia para o fim do predomínio do Ocidente. Embora continuem o poder militar e a influência deste nas organizações internacionais, crescem associações ditas dos BRICS ou de Chiang-Mei. Um professor de gestão destacou o papel da realidade virtual no mundo financeiro, chamando ao debate perspectivas da neurociência. Nessa linha, dizemos que a lusofonia global pode herdar o novo reino sublimado. Um biólogo inspirou-se na auto-regulação do organismo, desejando ainda atenção acrescida aos mares da lusofonia.

Na carta à Vossa homóloga reinante, o alerta resultava da “crença dos políticos de que os banqueiros eram engenheiros”, expressão do “encanto dos políticos pelo mercado”. Com as revelações subseqüentes de escândalos na indústria automóvel alemã, o chamado dieselgate, sugerimos a Vossa Majestade apele à inovação contra “silos” no saber e no fazer. Nesse registo, uma antropóloga britânica tornada jornalista financeira no outro lado do Atlântico mostrou que lá se conseguiu reorganizar uma clínica em função do paciente e não do médico.

Também tivemos em conta que a Carta que o Bispo Jerónimo Osório enviou à Rainha Isabel I em 1562, reforça o apelo à unidade espiritual elogiando qualidades femininas de ‘mansidão’ e ‘formosura’ que também vemos em Vossa Majestade. Sabemos que nem essa, nem as enviadas a Isabel II foram atendidas, mas julgamos terem apurado o espírito dos remetentes.

Acreditamos assim que a fluidez da amizade e do conhecimento mútuos libertem o potencial da lusofonia, interpelando membros observadores da CPLP, como Turquia e Japão, e comunidades lusófonas espalhadas por toda a parte, incluindo noutros BRICS, como Índia, China e vizinha África do Sul, promovendo o bem comum global.

Como os confrades britânicos, escrevemos a Vossa Majestade enquanto crises prosseguem. Ainda assim, anima-nos a convicção de que a diversidade lusófona as pode sublimar no espaço como as sublimou na primeira globalização.

TRÊS CARTAS A DUAS RAINHAS, EM QUINZE PONTOS, SOBRE DEZ ANOS DE CRISES¹

Jorge Braga de Macedo²

Em 2007, bancos europeus sofreram o contágio de hipotecas americanas subprime e a corrida aos depósitos da Northern Rock obrigou a supervisão britânica a nacionalizá-la sem compensar acionistas. Nestes dez anos, duplica o acesso a comunicações eletrônicas para mais de metade da população mundial - enquanto prosseguem crises financeiras, económicas, sociais e políticas. Desgovernada, a globalização compromete a própria convergência que despertara na comunidade de segurança da NATO e se mantivera no “clube reformista” da OCDE. Além dessa divergência ter atingido a Zona do Euro, a anunciada saída britânica toldou a comemoração de seis décadas da integração europeia que ambicionava conciliar aprofundamento e alargamento. Assim, 25 anos depois do fim da guerra fria, a Europa vê desânimo no centro, volatilidade nas periferias e insegurança nos vizinhos a leste e a sul.

Respostas nacionais à crise global lembraram-me “Together Alone”, que músicos antípodas gravaram na Nova Zelândia quando assinava o Tratado de Maastricht durante a primeira presidência portuguesa. Por ter ocorrido nos países mais avançados, membros do “clube reformista” da OCDE, e não nos emergentes, como era costume, a crise financeira despoletada pela falência da *Lehman Brothers* em 15 de Setembro de 2008 fez logo danos na perceção social dos economistas: ficou célebre a pergunta da Rainha de Inglaterra durante uma visita à *London School of Economics* em 4 de Novembro ao ouvir explicações de Luis Garicano, economista espanhol da LSE: “se era tudo tão grande, como é que ninguém reparou?”. Com o intuito de justificar que o eclodir da crise financeira surpreendera os próprios, Tim Besley, outro da LSE, e Peter Hennessy, historiador e ex-jornalista, enviaram, em 22 de Julho de 2009, uma carta resumindo o debate realizado um mês antes na Academia Britânica³. A Carta, vista pelo *Guardian* na sua edição dominical, foi retomada na edição doméstica de 2ª feira do *Financial Times* com o título: “Não temos culpa, Senhora”⁴.

¹ *Writing to Queens while Crises Proceed* Expanded edition In Memory of Manuel Jacinto Nunes with the support of Madeira Development Company (W2Q, ver <https://run.unl.pt/handle/10362/14560>), foi lançado em 21 de Maio de 2015 na Biblioteca Almada Negreiros, na presença da viúva do decano da 6ª seção (economia) da Classe de Letras, sua filha e genro, sucessor, Paulo de Pitta e Cunha, patrocinador da edição, Embaixadora britânica, et pour cause, confrades, professores, bibliotecárias e alunos. O texto que serviu de base para a apresentação em [Novediassobrecartas](#), Reitoria da ULisboa, 3 de Maio, intitulava-se *Escrevendo a Rainhas enquanto Prosseguem Crises*, tendo o sumário sido divulgado com o título atual. O debate subsequente convenceu-me a juntar texto e sumário, além de destrinçar a Carta à Rainha Isabel I da endereçada a Maomé II, até pelo género do destinatário!

² Agradeço comentários a versões anteriores deste texto, sobretudo por parte dos autores dos capítulos 3 a 6 do livro citado na nota anterior, respetivamente Rui Vilela Mendes, Renato Flores, José F. P. Santos e Rui Malhó, cujas filiações são indicadas no texto. Evoco ainda a memória de vários confrades que me inspiraram e apoiaram neste projeto: Jacinto Nunes (1926-2014), Silva Lopes (1932-2015), Jean Pierre Contzen (1935-2015), Ilídio do Amaral (1926-2017) e Pina Martins (1920-2010, pela mão de quem entrei na Academia). Permaneço único responsável pelo resultado final.

³ Equivale à Classe de Letras da congénere portuguesa e foi fundada em 1902 pelo avô da destinatária - ao passo que a Royal Society foi fundada em 1660 por Carlos II, futuro marido de Catarina de Bragança, por sinal a Rainha evocada no nome do bairro novaioquirino de *Queens*.

⁴ Na edição do Reino Unido do *Financial Times* de 27 Julho, p. 2 apareceu um artigo com o título “It wasn’t our fault, Ma’am” embora, na versão em linha da véspera, só viesse o subtítulo descritivo “Credit crunch failure explained to Queen”: <https://www.ft.com/content/7e44cbce-79fd-11de-b86f-00144feabdc0> bem como um comentário “At your own risk” que passou a editorial do dia seguinte em todas as edições com o subtítulo “Leia cuidadosamente as instruções antes de utilizar um economista”,



Na verdade, a *Letter to Queen Elizabeth* (LQE) invocava o “encanto dos políticos com o mercado” e, em 8 de Fevereiro de 2010, foi seguida por outra carta, publicada na *British Academy Review* que o desenhador do *Guardian* ilustrou com o título “novo papel para a Rainha”. Como se reproduz (com a devida vénia ao desenhador e à *Review*, vol 15, Março, p. 14), trata-se de ser responsável pela FSA (Autoridade dos Serviços Financeiros), então encarregada da supervisão da *City*, com o Tesouro e o Banco de Inglaterra (BoE): a mensagem é clara: “Governo não quer ajudar”.

Ambas as cartas ficaram sem resposta, alegadamente porque, aos académicos remetentes, a Rainha nada perguntara. Mesmo assim, em 13 de Dezembro de 2012, durante uma visita real aos cofres do BoE, segundo o *Guardian* do dia, Sujit Kapadia, do Departamento de Estudos, tentaria nova resposta à pergunta da LSE, a “complacência da *City*” - ou seja: “aqueles têm culpa, Senhora”⁵. Passa-culpas à parte, pergunta e respostas continuam a marcar o debate na *lingua franca* da ciência e da finança: Adair Turner, Presidente do Instituto para o Novo Pensamento Económico (INET), dedica-lhes o Epílogo de *Between Debt and the Devil*, 2016, e Gillian Tett, a antropóloga do *Financial Times*, o capítulo intitulado “Matrioscas”, do seu *The Silo Effect: The Peril of Expertise the Promise of Breaking Down Barriers*, 2015, pp. 107-135 - que vem lançando em toda a parte⁶.

Enquanto prosseguem crises, custa escrever que “a culpa morre solteira”, por não ser dos economistas nem dos reguladores na *City*, até porque as crises são inseparáveis do desenvolvimento. Nessa certeza, a Academia das Ciências de Lisboa (fundada em 1779 por uma Rainha de Portugal que viria a morrer no Brasil) assinou um protocolo que se destinava a

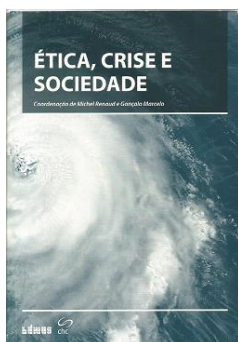
<http://digital.olivesoftware.com/Olive/APA/FTNUK/sharedpages/SharedView.Page.aspx?sk=5E2860A0&href=FTU%2F2009%2F07%2F28&page=8>. O texto insiste na necessidade dos economistas participarem no debate público, afirmando virtudes como a curiosidade relativa a outras disciplinas e a aversão ao dogma, que julga “serem já pouco valorizadas na hierarquia académica” (p. 6).

⁵ Na mesma página da nota anterior *in fine*, sob o retrato da Rainha Isabel, vê-se uma carta irónica (assinada por M. R. Weale, então diretor no National Institute of Economic and Social Research que em 2010 passou para o Banco de Inglaterra) com o título “Sua Majestade terá guardado os seus sonhos consigo?” na qual aludia ao sonho do Faraó na Génese em que sete vacas magras comiam sete gordas. A 30 de Julho, David Damant, contabilista, opina que: “Taking away the punch bowl will be possible”: <http://digital.olivesoftware.com/Olive/APA/FTNUK/SharedView.Article.aspx?href=FTU%2F2009%2F07%2F30&id=Ar01000&sk=BCDACAB4>. Ele manteve www.thewealthofthenations.blogspot.co.uk até 2016.

⁶ Nem o novo reino nem as Rainhas aparecem por acaso: o historiador económico francês Marc Flandreau documenta minuciosamente ligações perigosas entre antropólogos e investidores na Inglaterra oitocentista (*Anthropologists and the Stock Exchange: A Financial History of Victorian Science*, 2016). Embora cite duas conferências de Tett sobre antropologia das finanças (nota 25, p. 310), pretende sobretudo vincar “a striking parallel between the way economics had paved the way for free trade in the 1840s and the way anthropology paved the way for empire in the 1860s” (p. 214). A vantagem para o projeto LQL deste paralelo superveniente é dupla. Primeiro, reforça as ligações entre ciência e finança noutra disciplina que não a economia. Segundo, alerta para especificidade da afro-lusofonia oitocentista já que Flandreau apenas relata repercussões daquelas ligações na política do império britânico relativa à América Latina e ao Mediterrâneo Oriental. Flandreau exclui a África ao sul do Sara, caso contrário talvez revelasse que Dom Luís criou a Comissão de Cartografia para preparar a delegação portuguesa à Conferência de Berlim, o que me levou a ver nesta cidade longe do mar a primeira paragem da lusofonia global: por lá teria passado a Rainha Lusófona se, nos anos 1880, não andasse de Angola à contra-costa. Mais sobre cartografia na nota 10 abaixo.

“analisar as principais temáticas do desenvolvimento económico, social e político lusófono”, donde nasceu o projeto dito da *Letter to Queen Lusophonia* (LQL)⁷. Mais, em 26 de Março de 2009, o Presidente do Brasil recebeu a visita do seu homólogo britânico que queria apoio para medidas anti-crise a aprovar na segunda cimeira do G20, à qual presidia⁸. Mas Lula ripostou que os culpados eram “banqueiros brancos, de olhos azuis”, ou seja ele não tinha a ver com uma crise nos países onde não podia haver crises⁹. Infelizmente, tinha porque, embora a queda do PIB dos EUA andasse por metade da registada durante a Grande Depressão dos anos 1930, não havia diferença em termos da queda do PIB mundial. Pior, quase chegada a 12ª cimeira do G20, presidida pela chanceler alemã, as crises também se comparam em duração.

Os doutorandos do Programa em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras aceitaram a minha escolha da LQE em 7 de Fevereiro passado¹⁰. Decidi juntar três pontos aos doze que retirara das duas cartas à Rainha de Inglaterra - as quais, insista-se, não foram solicitadas nem respondidas¹¹. Com a ressalva de que a hipotética destinatária sublima o reino edificado “entre gente remota”, os três pontos adicionais da Carta (não) enviada a outra (não) Rainha evocam a diversidade, no espaço e no tempo, dos nove membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de modo que a minuta da terceira carta (versão revista em anexo) suscita a relevância do exercício epistolar para o bem comum mundial¹².



Voltando a 2008, em 27 de Setembro, Jacinto Nunes, antigo Presidente da Academia, escreve na p. 159 das suas *Memórias Soltas*, com prefácio de Silva Lopes, confrade da mesma 6ª seção (economia): “vou acompanhando a grave crise financeira e económica que estamos a atravessar, com natural preocupação, esperando que sejam tomadas medidas adequadas para a sua atenuação”. Em Março seguinte, data da publicação daquelas *Memórias*, Michel Renaud, da 3ª seção (filosofia), começa a organizar um colóquio sobre *Ética, Crise e Sociedade (ECS)* na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o qual viria a realizar-se em 13 de Outubro - dando

⁷ A sigla inglesa serve para lembrar que o protocolo de 18 de Fevereiro de 2008 entre o Instituto de Altos Estudos, o Centro Globalização e Governança (CG&G, criado com outro nome em 1992) da Faculdade de Economia (hoje *Nova School of Business and Economics*, NSBE) e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT, hoje integrado na ULisboa) queria refletir a diversidade dos membros da CPLP em termos perceptíveis na *lingua franca* da ciência, finança e comunicação eletrónica.

⁸ Como argumento em “Together Alone?”, esta foi a mais significativa inovação na governação internacional, porquanto o G20 existia a nível de responsáveis financeiros desde que a crise asiática do final dos anos 1990 demonstrou a vantagem de alargar o G7 nestas matérias, para além da Rússia se ter tornando o 8º membro em 1997 até à suspensão de 2014. Também refiro a origem dos BRIC (nota 18 da separata), tendo a primeira cimeira anual sido realizada na Rússia em 2009 e a segunda no Brasil. A África do Sul já participou como membro na cimeira realizada na China.

⁹ Curiosamente, o *Financial Times* do dia seguinte só inclui a notícia na edição doméstica e americana.

¹⁰ Confesso que pensei primeiro na Carta das Nações Unidas por causa do Secretário Geral e nos mapas da Comissão de Cartografia por causa da Conferência de Berlim, como lembro na nota 6 *in fine*.

¹¹ Só participaram em ambas reuniões preparatórias das cartas os signatários, Nicholas MacPherson, representante do Tesouro e John Gieve, ex-vice governador do BoE encarregado da supervisão. A primeira reuniu 33 pessoas (1/3 da Academia, incluindo Jim O’Neil, inventor do acrónimo BRIC na Goldman Sachs e Paul Tucker vice governador do BoE enaltecido em Tett *loc. cit.*) e a segunda 22 (3).

¹² O protocolo referido na nota 7 abriga uma visão do mundo partilhável para além dos nove membros da CPLP, à qual se chama “lusofonia global” (*Expresso* 29 de Maio, 2004; *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT, 2008, organizado pelo malogrado historiador madeirense Miguel Jasmins Rodrigues).

origem à capa acima, com um remoinho no mar¹³. No início de Novembro, um ano e um dia depois da visita real, durante uma reunião da 6ª seção, foram propostos Paul Krugman e Olivier Blanchard enquanto sucessores do prémio Nobel James Tobin na esperança de que, contrariando o efeito negativo da crise na perceção dos economistas, pudessem participar num debate em Portugal que incluísse humanidades e ciências evitando o “pensamento de grupo” dos países avançados (“Global Crisis and National Policy Responses: Together Alone?”, *ECS* 2011, separata, p. 54 e nota 36). Sendo desejável articular com o Banco de Portugal, o governador foi logo posto ao corrente da iniciativa. Porém, com resgates da dívida grega, irlandesa e portuguesa a envolver o FMI, Blanchard, seu economista chefe, não poderia contracenar com o novo Prémio Nobel!

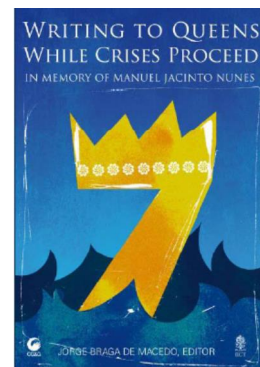
Mas, mesmo sem conferência à vista, a Academia não desistiu de encetar o debate “economistas e crise”: da Classe de Ciências juntaram-se ao projeto Vilela Mendes, físico da 2ª seção, Malhó, biólogo da 5ª e Contzen, engenheiro e físico, também sócio da Classe de Tecnologia e Sociedade da Academia Real da Bélgica e consultor lendário do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Também não houve obstáculo a interpelar a inteligência lusófona global porquanto, graças a Ilídio do Amaral, geógrafo humanista nado em Angola, primeiro decano da 7ª seção da Classe de Letras, foram sendo eleitos confrades de Angola, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Timor e os economistas dentre eles passariam em 2012 a participar nas reuniões de seção. Num evento para alunos de mestrado da NSBE, com apoio do CG&G e do IICT, realizado na Sala Maynense em 31 de Maio de 2011 e esperançosamente intitulado “pré-conferência”, entrevistaram, em inglês, confrades da 6ª seção (João Alberto Sousa Andrade, de Coimbra, e José Luís Cardoso) e da Classe de Ciências (Vilela Mendes e Malhó), Flores (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, depois sócio correspondente estrangeiro proposto pela 6ª seção). Lançando a ponte à francofonia, foram ainda distribuídos textos de Contzen (*W2Q*, 95-97), redator da *Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global* aprovada numa conferência realizada em 30 de Setembro de 2008 no IICT (que comemorava o 125º aniversário da Comissão de Cartografia a que sucedera). A *Declaração de Lisboa* foi alavancada em Maputo, à margem da primeira assembleia geral do Grupo Consultivo para a Investigação Agronómica Internacional (CGIAR) realizada em África em 30 de Novembro de 2008. Ambas declarações se configuravam como lusofonia global; aliás encerraram responsáveis do secretariado da CPLP e da sua confederação empresarial (ibid., pp. 89-94).

Na esteira de Pina Martins, que sucedeu a Jacinto Nunes como Presidente da Academia, tão à vontade no português como no francês ou italiano, admito que a famosa Carta à Rainha Isabel I escrita pelo bispo de Silves a meio do concílio tridentino se destinasse mais a isolar Lutero, suposta fonte de todos os males da Igreja, do que a convencer a destinatária, aproximando a

¹³ Usei uma ilustração de 1919 do célebre conto de Edgar Poe na capa da 1ª edição de *W2Q* (reproduzida na badana da 2ª, com a da minha separata as dos dois outros livros). Ao apresentar *ECS* no Colóquio do IICT mencionado na nota seguinte, Contzen preferiu a metáfora do estreito de Messina, onde os navegadores aprendem a evitar quer o remoinho de Carídis quer o rochedo de Cila, o que lembrei em 3 de Fevereiro de 2017, no Colóquio *Science, politics and society In memoriam Jean-Pierre Contzen*, organizado na Academia com Malhó e Vilela Mendes. Acrescentaria que, embora a experiência singular do velho de Poe evoque mais “mares nunca dantes navegados” do que a aprendizagem de dez anos de crises, valorizada na carta em anexo. O Prólogo de *ECS* por Gonçalo Marcelo (“cheville ouvrière” do empreendimento segundo Renaud) explica a metáfora do *maelström*.

Carta de 1562 da que o Papa Pio II escrevera em 1461 ao Sultão Maomé II - convidando-o à conversão. Além de salientar o irenismo de ambas, o estudioso de Erasmo invoca a circunstância de Jerónimo Osório fazer o elogio da Rainha de Inglaterra e “suas ‘virtudes singulares, que vão do amor das letras humanas até às qualidades femininas de ‘mansidão’ e da própria ‘formosura’” (Introdução da Edição da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981, p. 22).

Depois da pré-conferência na Academia, o projeto LQL aflorou num colóquio do IICT no Arquivo Histórico Ultramarino de 5 a 7 de Janeiro de 2012, logo a seguir à mudança de tutela para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aí Contzen apresentou (em francês) as atas do colóquio **ECS** na presença do seu compatriota Renaud¹⁴. Em 27 de Fevereiro de 2012, Krugman participou de manhã em mais uma reunião do projeto LQL, onde voltou a duvidar que se pudesse responder à pergunta, e até que valesse a pena tentar¹⁵. A capa de **W2Q**, reproduzida ao lado, inclui na capa uma coroa com nove joias na forma dos símbolos da CPLP que se transforma no número sete saindo de um mar menos agitado do que o remoinho usado na capa de **ECS**, retomada como ilustração do conto de Edgar Poe na 1ª edição e como tal reproduzido nas badanas da 2ª (**W2Q**, p. 6).



A minuta em anexo dá conta de quatro testemunhos incluídos em **W2Q**. No capítulo 3, Vilela Mendes, físico, salienta a complexidade da relação dos instrumentos financeiros entre si e com a economia no seu todo, sendo a crise *subprime* e seu efeito no imobiliário americano um exemplo de interações não previstas de redes, também observada nos mercados de energia – cruciais para a lusofonia. No capítulo 4, Flores, economista da Fundação Getúlio Vargas, alavanca a LQE porque usa a conquista de Constantinopla pelo Sultão turco Maomé II em 29 de maio de 1453 como o evento que deveria convencer a Rainha Isabel II de que o domínio do Ocidente terminara¹⁶. Embora o poder militar do Atlântico norte e a sua influência nas organizações internacionais continuem dominantes, já não se podem ignorar associações como a dos BRICS ou de Chiang-Mei, às quais junta a CPLP, “mais modesta mas culturalmente mais atraente”. Fica a ideia de que “a crise prossegue, reafectando o poder mundial como que numa anarquia hobbesiana” embora não haja consciência de que, tal como em 1453, acabou uma era em 2008. No capítulo 5, Santos, professor de gestão no INSEAD e associado do CG&G, salienta o papel da realidade virtual no mundo financeiro, introduzindo uma perspectiva de

¹⁴ Com Contzen e Malhó integrava o Conselho Científico do Colóquio, tendo ainda organizado uma edição bem mais curta de **W2Q** em anexo às atas publicadas em 2013 numa brochura bilingue com DVD intitulada **Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro**. No Colóquio citado na nota anterior, salientei a última contribuição de Contzen para o projeto LQL no seminário **Energy@CPLP**, organizado em 25 de Fevereiro de 2015 com Vilela Mendes, quando comentou uma comunicação do confrade angolano Alves da Rocha (**W2Q**, p. 18). Cf. *ibid.* pp. 103-133 esta contribuição de Contzen, tal como a minha “Energy@CPLP drives Portugal’s strategy for open economy”, que se pode resumir na ideia de que “a globalização liberta a lusofonia”. Ver mais referências na nota 12 acima.

¹⁵ À tarde, recebeu o diploma de sócio da Academia da mão de Jacinto Nunes, por ocasião do seu doutoramento *honoris causa* pelas duas (que então eram três) Universidades de Lisboa, o qual apadrinhei com Silva Lopes, como consta do relato do *TriDoc* publicado em **Notas Económicas**, Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº 37, Junho 2013, pp. 7-22. Sobre as outras LQE ver “Together Alone?”, separata p. 5 e nota 8.

¹⁶ Refere em **W2Q**, p. 53 que se trata de “two bright economists”, obliterando o historiador ex-jornalista. Será porque não cura do *quattrocento*?

neurociência sobre o papel da organização e gestão na crise¹⁷. A substituição da física pela biologia sugerida no capítulo 6 é complementar, já que ele se inspira na auto-regulação do organismo. Na verdade, o instinto humano tem passado para o centro do comportamento adaptativo do mercado, que deixa de ser presumido eficiente no processamento da informação. Isto quer dizer não só que a gestão de risco volta a ser necessária mas também que vai refletir as emoções do agente¹⁸. Malhó também deseja mais atenção aos mares da lusofonia. Será que a CPLP pode herdar o novo reino sublimado, que será a lusofonia global?

1. Ferocidade não prevista, poderes não disponíveis
2. Desequilíbrios e seus riscos descurados
3. Abundância global de poupança e crédito fácil
4. Credulidade e arrogância relativamente ao risco
5. Políticos acreditaram que banqueiros eram engenheiros
6. Complacência levou a ilusões
7. Regulação laxista: não se picam bolhas
8. Psicologia do rebanho e falta de uma autoridade única
9. Falha na previsão; nunca mais?
10. Perscrutar o horizonte não é prever
11. Cultura e instituições foram ignoradas
12. Governo não ajudou a combater “silos” (BoE, FSA, Tesouro)
13. Do novo reino sublimado à lusofonia global, via “crise de olhos azuis”
14. Câmara de eco, *Dieselpgate* e *Cleveland Clinic*
15. Cartas não atendidas podem inovar na governação internacional

No texto em **ECS** (abreviado em **W2Q**, pp. 25-29), as Cartas à Rainha Isabel II são desconstruídas em doze pontos. Sem surpresa, citam várias vezes a *City* e os seus três reguladores. Os alertas do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) sediado em Berna acerca dos desequilíbrios macroeconómicos dos anos 2000 são citados uma vez. O quadro acima inclui três pontos adicionais da minuta em anexo. Sem querer ser excessivamente pedagógico, saliento que o ponto 1 determina os onze seguintes: a) “muita gente previu a crise” mas ninguém previu forma, momento e ferocidade; b) ainda que alguma autoridade tivesse previsto forma, momento ou ferocidade, não teria poderes para atuar em tempo útil; c) os desequilíbrios referidos no ponto 2 eram conhecidos do BIS e do FMI mas foram descurados os riscos pelos analistas dos mercados financeiros internacionais. O ponto 3 cita desequilíbrios domésticos e nos EUA alimentados pela poupança da China e da Índia, que embarateceu o crédito e alimentou bolhas especulativas no imobiliário. A narrativa complacente da crise vem nos pontos 4 a 6: misturando credulidade e arrogância relativamente ao risco, os políticos acreditaram que banqueiros eram engenheiros, enganando-se com ilusões. O ponto 7 culpa a regulação laxista nos EUA depois da chamada bolha eletrónica no virar do milénio ao passo

¹⁷ Além dos trabalhos de Tett citados em **W2Q**, pp. 14, 20, 107, 111 e acima no texto, especialmente o caso da *Cleveland Clinic* ver Alex Pentland, **Honest Signals: How They Shape Our World**, 2010 e “Beyond the Echo Chamber”, **Harvard Business Review**, Novembro 2013.

¹⁸ Richard Bookstaber, **The End of Theory: Financial Crises, the Failure of Economics, and the Sweep of Human Interaction**, 2017. Tais críticas também têm recebido respostas através da abordagem orgânica aos mercados financeiros de Andrew Lo: **Adaptive Markets— emotional investment theory**, 2017.

que o ponto 8 denuncia a psicologia de rebanho e lamenta de novo a falta de uma autoridade única de supervisão financeira.

O ponto 9, assegurar que a Rainha nunca mais terá de fazer “a pergunta da LSE”, sinaliza maneiras de perscrutar o horizonte que constam da segunda carta (ponto 10). Ao contrário da previsão, estas levantam questões de cultura e instituições (ponto 11). De facto, a negligência relativa a outras culturas afeta todos os pontos referentes às falhas de previsão. Cultura e instituições diferem entre os dois lados do Pacífico ou do Atlântico Norte mas também na própria União Europeia, espalhada entre Norte, Sul, Leste e Oeste, para ficar no âmbito da OCDE. Ora além de verificar que o governo não ajudou juntando as três autoridades de supervisão, como faz o ponto 12, importa compreender as falhas não só nos vários esquemas de cooperação intergovernamental mas também entre organizações internacionais. Assim surge naturalmente a tensão entre instituições globais, regionais e mistas, como *Commonwealth*, CPLP, *Francophonie* e OCDE.

Ao crer na natureza espiritual, que o novo reino dos *Lusíadas* tão bem ilustra, está-se a reforçar a dimensão cultural, amizade e conhecimento mútuos na CPLP, denunciando assim o “pensamento de grupo” do Primeiro-ministro britânico, surpreendido quando o homólogo brasileiro falou de “olhos azuis”. Ora, do ponto 13 resulta que o conhecimento mútuo na lusofonia global desperta precisamente dessa crise, a partir da qual fazem cimeiras mediáticas não só G7 e G20 mas também BRICS.

O ponto 14 lembra uma dimensão perversa da comunicação eletrónica que é a diversidade dos agentes estar limitada pela câmara de eco, corrompendo o conhecimento mútuo. Assim, depois dos economistas e dos reguladores na *City*, escândalos na indústria automóvel alemã, ditos *Dieselgate*, atingem os engenheiros que o ponto 5 absolvera. Deste apelo à investigação interdisciplinar e à inovação contra “silos” no saber ou no fazer, salienta-se a reorganização da *Cleveland Clinic* em função do paciente, que Tett intitula “Virando a lente: como os médicos tentaram não parecer economistas” (pp. 192-217). Ligações perigosas entre antropólogos e investidores britânicos no tempo da Rainha Vitória foram utilizadas na defesa do império, como documentado na nota 6. Ou seja, neste caso, lutar contra “silos” em iniciativas públicas e privadas não conduziu a inovação na governação internacional. Ainda assim, podem motivar-se membros e observadores da CPLP, como Turquia e Japão (sem esquecer comunidades espalhadas pelos sete mares, incluindo noutros BRICS, Índia, China e África do Sul), a partir da fluidez da “amizade mútua” do tratado instituidor da CPLP (1996) e do conhecimento mútuo sustentado nas Declarações de Bissau (2006), Lisboa e Maputo (ambas de 2008), porquanto a história, enquanto “sucessão intransmissível das ‘culturas’ que o homem tem elaborado para sobreviver”¹⁹, não se compadece com “silos”.

De acordo com o ponto 15, não foi atendida nenhuma das Cartas expedidas, não se sabendo sequer se foram lidas. Ainda assim, as destinadas ao Sultão turco e à Rainhas Isabel I e II tiveram efeito nos cristãos e nos economistas, respetivamente. Os segundos, como se viu, levaram a peito a pergunta da Rainha tentando mitigar o dano reputacional que a crise de 2008 causou à profissão.

¹⁹ **Jorge Borges de Macedo** *Saber Continuar*, 2005, p. 235 *in fine* (ver nota 23 abaixo).

Ao patrocinar duas reuniões interdisciplinares das quais resultaram outras tantas cartas assinadas por um economista então ligado ao Banco de Inglaterra e um historiador constitucional, a Academia Britânica focou-se na *City* de Londres e negligenciou não só a neurociência como o resto do mundo. A Rainha Lusófona surge nesse contexto específico mas a carta reproduzida em anexo vem escrita em português por ser largamente o resultado de trabalhos realizados na Academia das Ciências de Lisboa²⁰.

Oxalá esta Carta possa preservar, no espaço e no tempo, a diversidade das culturas e línguas portuguesas e seus instrumentos governamentais e não-governamentais²¹. Estes instrumentos incluem exposições como *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, mostrada no Jardim Botânico Tropical em Lisboa até 2011, *Abarcando o Globo* que esteve patente em Washington e Bruxelas nos anos 2000 ou *Os Senhores do Oceano*, a abrir em Moscovo, as quais revelam paragens da lusofonia global. O mesmo acontece com filmes como *Silêncio*, a prosa subjacente e outra poesia fazendo-se eco do “novo reino que tanto sublimaram” de Camões – quiçá mais audível lá fora do que cá dentro²². Mas isso mudará se a diversidade da lusofonia inovar na governação internacional²³.

²⁰ A primeira minuta, datada do Domingo de Páscoa, mereceu comentários dos confrades citados na nota 2 acima, aos quais também agradeço comentários à versão revista, em anexo.

²¹ Desde o acordo de 2004 com a CPLP, o IICT pretendeu reforçar a “amizade mútua” do tratado instituidor, melhorando o “conhecimento mútuo” (*Nova Cidadania*, nº 34, 2007, p. 48). A herança perdura num programa de doutoramento em *Saber e Gestão Tropical*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que envolve escolas da UNL e da ULisboa, além de universidades africanas, bem como em esforços de associações empresariais como a ELO, hoje integrada na CIP. Como lembrou Contzen na sessão de abertura de *Ciência nos Trópicos*, depois de 2015, o “conhecimento mútuo” ia tornar-se determinante na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

²² Na medida em que os nove países da CPLP, cujas culturas política, económica e social são muito diversas, partilham uma das pertenças dos seus povos e que as suas combinações de pertenças e liberdades são compatíveis, a diversidade lusófona torna-se uma força. Infelizmente, dez anos com pouca inovação na governação internacional, incluindo na própria União Europeia, atenuaram a presunção de interação positiva entre globalização e governação (G&G). Para sustentar este argumento, interpretei as pertenças e liberdades dos portugueses em “Europa e lusofonia, política e financeira” (*Festschrift Jacinto Nunes*, 1996), explicitado que a liberdade financeira garante a liberdade política futura (*Festschrift Lumbrales*, 2000) e que a interação positiva entre G&G a nível nacional, regional e global se junta ao acompanhamento dos ODS (*Festschrift Dias Farinha*, 2015).

²³ Nesse sentido, “Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo”, *Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima*, organizada por Fernando Paulo Baptista, confrade da 2ª seção (filologia), onde cito Jorge Borges de Macedo, “São Francisco e a natureza como recurso epistemológico permanente”, 1982 - que utilizei na nota 19 acima.

SOBRE LUSOFONIA GLOBAL

Jorge Braga de Macedo

1. Introdução

Em 23 de julho de 2009, logo após ter apresentado uma comunicação na sessão da classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa dedicada à CPLP - onde também falou o confrade guineense Carlos Lopes, alto funcionário da ONU – coube-me proferir uma conferência na sede da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Como se pode ler em Diálogos de Internacionalização da AICEP Livro de Actas Formando Conhecimento (pp. 41 – 46), um e-book divulgado em janeiro de 2012, a conferência visava “perspetivar o valor de Portugal no mundo e compreender a importância do povo, da língua e da diáspora portuguesa, sem esquecer a nossa integração europeia e o panorama internacional”.

Ao visitar de novo o texto da comunicação académica, socorro-me do relato publicado mas também aproveito para dar conta da evolução subsequente da CPLP. De acordo com os respetivos estatutos, esta organização intergovernamental “é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”: a declaração assinada pelos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, inclui, entre muitos outros objetivos, a “cooperação económica e empresarial” bem como “no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica”. Timor-Leste tornou-se membro em 2001 e Guiné-Equatorial em 2014, depois de uns anos como observador, categoria onde se encontram Maurícias, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia e Japão.

O texto divide-se em cinco seções, incluindo esta introdução e a conclusão. Na seção 2, recorro à declaração da Cimeira de Bissau sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovada no décimo aniversário da CPLP, que acrescenta o “conhecimento mútuo” à “amizade mútua” entre os Estados-membros. Apresento na seção 3 a declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global. Aprovada em finais de 2008 numa conferência realizada no Centro Científico e Cultural de Macau pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, IP (IICT) e outras entidades, sob a coordenação do confrade da Academia Real da Bélgica, Jean-Pierre Contzen, conselheiro do governo sobre ciência, concretizou tal conhecimento mútuo em áreas científicas chave para o desenvolvimento na CPLP.

A seção 4 aborda a lusofonia económica que, em Portugal, tem sido analisada pelo Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE), no qual têm assento os membros do governo e as confederações empresariais relevantes para o que se passou a denominar diplomacia económica. Entre estas, figura a CIP-Confederação Empresarial de Portugal, que, em meados de 2014, passou a presidir à ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, entidade fundadora do Conselho de Orientação do IICT em 2005 (estando desde 2012 na respetiva Unidade de Acompanhamento) que, desde o início, deu apoio estratégico ao projeto da lusofonia económica.

A conclusão radica a necessidade da lusofonia ser global nas respostas nacionais às três vagas da globalização. Tal como a da primeira vaga, a resposta atual relaciona o Saber Tropical com a internacionalização das empresas portuguesas para além do mercado único europeu – ou seja visa alinhar conhecimento e investimento. Por exemplo, a crise global levou confrades de ambas as classes a investigar as perceções dos economistas, tal como a Academia Britânica o

fizera na carta que dirigiu à Rainha de Inglaterra. Fê-lo numa perspetiva que incorpora as ciências naturais e os países em desenvolvimento, nomeadamente lusófonos, tendo dado lugar ao opúsculo *Writing to Queens while Crises Proceed*, publicado pelo IICT em 2013. Em 2015, um projeto no âmbito da lusofonia energética deverá dar continuidade a aproximar as duas classes visto que, como refere a proposta de 10 de Dezembro de 2014, se trata de “um problema eminentemente pluridisciplinar envolvendo aspetos de física, engenharia, geologia, economia, sociologia e política.”

A bibliografia inspira-se nas referências da minha homenagem ao confrade António Dias Farinha, Secretário-geral na altura e querido amigo, com o lindo título *D'aquém, d'além e d'ultramar*, onde evoco uma perspetiva sobre Globalização e Governação (G&G) cujas raízes remontam à criação da ELO, que começou por funcionar no Centro de Socioeconomia do IICT, em 1986, e que defendi, ainda antes da criação da CPLP, numa homenagem ao saudoso confrade Manuel Jacinto Nunes por ocasião da sua jubilação em 1996. A interação entre G&G está refletida em trabalhos que envolvem confrades de ambas as classes em colaboração com o IICT e o Center for Globalization and Governance, Nova School of Business and Economics (CG&G/NOVASBE), nomeadamente o referido opúsculo *Writing to Queens*. Reforço a tónica na lusofonia científica e económica com excertos de “Mutual knowledge and global lusophonia”, publicado na revista moçambicana bilingue *Capital*, e da apresentação ao conselho diretivo do European Business Council for Africa and the Mediterranean na sua reunião em Cascais a 13 de novembro de 2014, subordinada ao tema *Promoting business across the regional integration platforms of CPLP*.

Em suma, decorre da lusofonia global uma abordagem específica para avaliar o “valor económico da língua portuguesa”, a qual exige que se combine história e geografia, economia e política, nacional e internacional, com atenção a áreas da política externa portuguesa, como a científica e a económica, onde o efeito da pertença lusófona costuma ser ignorado em detrimento da pertença europeia. A política externa portuguesa relativa à CPLP deve ir além do facto de existirem mais oito países membros, seis observadores e outras comunidades espalhadas pelo mundo onde se conhece a cultura portuguesa: tal como a língua comum se fala com sotaques próprios e se escreve com ortografias diversas, a diversidade lusófona não deve impedir as empresas de competir nas plataformas regionais dos países da CPLP.

Embora se continuem a contrastar motivações religiosas, políticas, científicas e comerciais para a participação empenhada de Portugal em ambas as vagas da globalização, o espírito da lusofonia global é procurar o bem comum lusófono gerindo a diversidade das situações. Documentos recentes coligidos pelo confrade Duarte Ivo Cruz confirmam que, como Jorge Borges de Macedo (1921-96) afirmou na comemoração do centenário da Conferência de Berlim em 1985: “Angola compensava largamente os portugueses quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo”. Berlim é a primeira paragem da lusofonia global porque teve consequências para as pessoas e as empresas por via da abertura da economia e da sociedade à Europa e ao Atlântico, que iremos definir como esteios da diferencialidade portuguesa, no contexto doutras paragens dessa mesma lusofonia global.

2. Conhecimento mútuo e diferencialidade

A Declaração de Bissau sobre os ODM é a melhor ilustração do conceito, revelando originalidade a nível de outras declarações, ao realçar a dimensão do “conhecimento mútuo” como um aspeto indispensável da parceria global para o desenvolvimento entre os países membros. Ou seja, vontade política e recursos financeiros são necessários mas não suficientes para atingir os ODM. Sem conhecimento, e não é qualquer conhecimento, mas conhecimento mútuo, não existem resultados no terreno que permitam cumprir tais objetivos e que

potenciem o valor de todos países da CPLP. Para além do princípio geral da partilha entre os membros, o conhecimento mútuo não pode existir sem colaboração entre cientistas e empresas. Ora mau grado esse objetivo, que já consta da declaração de Lisboa e do horizonte 2020, esta é uma deficiência que a Comissão Europeia encontra em muitos Estados membros da União.

No balanço dos ODM, levado a cabo pelo IICT em 2007 a pedido da presidência guineense, viu-se que só Cabo Verde conseguiu cumprir quatro dos objectivos quantitativos, sendo que os outros países da CPLP que recebem ajuda externa apenas alcançam um ou dois deles. Acrescente-se que o conhecimento estatístico continua insatisfatório, mau grado os trabalhos do Centro do Desenvolvimento da OCDE, sobretudo o relatório Perspetivas Económicas em África (AEO) financiado pela Comissão Europeia desde 2001 e realizado em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento. Também tem havido uma crescente colaboração entre bancos centrais concretizada nos 24 encontros anuais em Lisboa, nas vésperas das assembleias gerais do FMI e do Banco Mundial.

Mutualizar o conhecimento passa por uma análise multidimensional de diversos planos e indicadores. De facto, o enquadramento interdisciplinar deve conseguir juntar os vários aspetos específicos da realidade que resultam da reflexão de cada disciplina bem como a forma de os potenciar em países em vias de desenvolvimento. Assim se transforma o conceito de competitividade num conceito político – que Borges de Macedo denomina de diferencialidade. A diferencialidade define a forma como uma Nação-Estado é igual, sendo diferente, ou melhor, sendo comparável.

Desconstruindo o conceito no caso de Portugal, vem uma combinação de liberdades e de pertenças que tanto pode ser virtuosa como viciosa, sendo que tanto estas como aquelas devem ser complementares. Assim, a liberdade política e a liberdade financeira não devem ser vistas como conflituantes mas uma ignora frequentemente a outra. Se analisarmos a nossa história desde 1820, verificam-se tantos períodos em que a liberdade política e a liberdade financeira se não compatibilizam como períodos em que se reforçaram mutuamente. Uma fonte de conflito que prevaleceu entre 1890 e 1992 foi a inconvertibilidade da moeda, que ressurgiu enquanto incapacidade de encontrar financiamento de mercado durante a crise da zona do euro e o subsequente pedido de ajuda externa. Acrescem à liberdade política e financeira das pessoas as suas pertenças e conceções do mundo. Neste ponto, para além da identidade local, tradicional do nosso país, existem, de facto, a europeia e a atlântica, ou lusófona.

O valor económico de Portugal no mundo deve avaliar-se antes de mais na perspetiva do mercado nacional relativamente ao mercado global, e depois pela introdução da dimensão política, a nível da Nação. A esse respeito, existe perigo de conflitos dentro dos próprios governos, às vezes mais graves do que entre o governo e a oposição, verificando-se tentativas de destruição mútua entre órgãos de soberania, cujas consequências, mesmo não atingindo sobremaneira os titulares, afetam o sistema político. Assim, a separação de poderes, posto que desejável, pode levar a ineficiências que também deterioram o sistema político: durante o período de emergência financeira, verificou-se um ativismo do Tribunal Constitucional sem paralelo na zona do euro, o qual dificultou entendimentos de médio prazo entre as principais forças políticas.

A nível externo, o caminho da diferencialidade passa pela cooperação com países dependentes da ajuda externa, de maneira que reflita a pertença lusófona dos portugueses. Assim, ter-se-á de introduzir as dimensões da cooperação e da competitividade, medida esta nos termos habituais - através das taxas de câmbio reais efetivas e outras medidas que permitam ver

como a produção no mercado nacional se compara aos outros concorrentes no mercado global.

Para situar o peso da lusofonia no mundo, usam-se valores comparáveis do PIB e da população coligidos pelo saudoso Angus Maddison para o período 1-2006 para calcular a quota respetiva da CPLP no mundo, sendo que os dados para o Brasil começam em 1500 e para os países africanos em 1950. Antes da independência do Brasil, o peso do PIB e da população da CPLP no mundo ficam abaixo de 1%, em 1950 ultrapassam os 2% e andam pelos 3,5% em 1980. Até ao virar do milénio, a população mantém mas o PIB baixa para menos de 3%. Nesse período, o PIB por lusófono é superior à média mundial em 1820 e 1980 mas desce para quase metade em 1913 volta a subir até 1980, descendo no início do século XXI para valores próximos dos registados em 1950 (observa-se este padrão no quadro 3 da contribuição para o volume de homenagem a Dias Farinha, p. 107, embora a percentagem incorreta da população subavaliou o PIB por lusófono em 2003 de mais de 80% da média mundial para 50%). Outro aspecto marcante, em particular dos PALOP, é uma volatilidade do PIB por cabeça muito superior à média da África subsaariana, pois são países pujantes quando crescem mas com quedas também substanciais.

Na área da CPLP existe convergência através de um ganho de competitividade e diferencialidade até ao princípio da era industrial. A revolução do conhecimento ocorreu no século XV, com a primeira vaga da globalização, e a visão moderna da globalização dá uma grande importância a este crescimento de diferencialidade. No século XIX, as consequências das invasões napoleónicas para Portugal continental e o drama da Revolução Francesa no Brasil, caso único na América do Sul em que não foi a Revolução Americana que agitou as elites, confirmam que a diferencialidade desapareceu até meados do século XX. Com a pujança do crescimento asiático a partir de 1980, o nível de vida relativo da CPLP decresceu até ao início do século XXI, embora o potencial da lusofonia se mantivesse ao nível das relações bilaterais entre Portugal e os restantes países. Dada a prevalência de visões bilateral-protecionistas que ignoram o bem comum lusófono, a nossa diferencialidade não dispensa que se analise em concreto em que termos os nossos interesses podem estar alinhados com aqueles de um país de dimensão continental como o Brasil, para mais identificado com Rússia, China, Índia e África do sul, os BRICS.

Outro ponto relevante nesta ação relaciona-se com uma dimensão financeira, incompreensivelmente ignorada até à crise global. Historicamente, Portugal teve uma sólida reputação financeira reconhecida até ao liberalismo, mas que se deteriorou substancialmente a partir do século XIX. O choque com repercussões a médio e longo prazo que se seguiu aos pedidos de ajuda externa por parte de países endividados da zona do euro, entre os quais Portugal, ilustra como a estabilidade financeira se pode perder instantaneamente, ainda que a bancarrota não seja inevitável nem eterna...

De novo, os nossos ciclos da governação desde as guerras liberais oscilaram não só entre Europa e lusofonia mas também entre liberdade política e financeira. Mesmo na construção da lusofonia global, é de sublinhar a vertente financeira. Assim, numa altura de emergência como a que vivemos nos últimos cinco anos, sobretudo durante a vigência do Memorando de Entendimento com o FMI e a UE, a estratégia de abertura deve passar tanto pelo comércio e investimento externos como por instrumentos de índole financeira. Além disso, mesmo que a CPLP não se possa constituir como uma realidade comum em termos de comércio por ser impossível alinhar os interesses de todos os países, pode fomentar-se a ligação dos membros com os seus blocos de integração regional, da UE e Mercosul à África austral, sem esquecer Macau, China - o que pode facilitar as relações com outro membro fundador dos BRICS.

Relativamente à CPLP os níveis díspares de diferencialidade saltam à vista entre um membro fundador da OCDE, o gigante brasileiro, quatro micro-Estados na África ocidental e central, dois países da África austral e Timor leste - sugerindo que a métrica não pode ser nem a população nem o PIB, nem sequer o rácio deste com aquela. Por último, existe uma divergência na CPLP derivada da sua dispersão geográfica, sendo que a distância média entre capitais ou cidades principais é de 7200km, quando na Europa dos 27 é de 1400km. Estrategicamente, se perspetivarmos apenas os cinco estados atlânticos da CPLP, esta seria filha daquele oceano, pois passamos a ter uma distância reduzida a metade, havendo inegavelmente, quer histórica quer geograficamente, um elevado potencial. No entanto, para a lusofonia ser global deve olhar para o mundo.

Em suma, a CPLP continuará a ser ignorada enquanto não se compreender que a riqueza desta comunidade está precisamente na sua diversidade e que a cultura não é inimiga da economia. E, para a gestão dessa diversidade, não basta a aplicação dos recursos financeiros, pelo que se torna imprescindível a existência de confiança e de um conhecimento mútuo. O multilateralismo baseado na cultura não é um entrave porque os empresários necessitam de conhecimento científico e este só se torna concreto quando mediado na cultura, que facilita a sua mutualização.

3. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento global

Já na cooperação em ciência e tecnologia é mais fácil dinamizar esquemas Norte-Sul-Sul, como se tentou com a Declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global, aprovada pelo Secretariado Executivo da CPLP no quadro do seu protocolo de colaboração com o IICT, assinado em Março de 2004.

A Declaração de Lisboa, de 18 de Setembro de 2008, aprovada no final da conferência coordenada pelo confrade Contzen, refere a importância de indicadores comuns que permitam avaliar o progresso da educação e da pesquisa da inovação, insistindo que este esforço em torno do conhecimento para o desenvolvimento global deve alargar-se a mais entidades. Assim a Declaração foi alavancada logo em Dezembro em Maputo com a própria CPLP e com o Ministério da Ciências e Tecnologia de Moçambique, que fizeram suas as considerações da Declaração de Lisboa. Seguiu-se uma reunião em Brasília dos Ministros da Agricultura da CPLP a respeito da qualidade alimentar, tendo sido reforçado o interesse pelo tema na cimeira que iniciou a presidência angolana em 2010 ao ponto de, durante a presidência moçambicana, ter fortemente aproximado a CPLP da FAO, dirigida por um brasileiro.

Neste contexto, a crise financeira global de 2008 não impede que se usem a ciência e a tecnologia como alavancas, porque a base do conhecimento e as infraestruturas tecnológicas não se alteram. Dever-se-á, portanto, estimular a inovação local que permita utilizar a capacidade já instalada. E essa inovação terá que ser determinada pela procura societal e local, já que o comércio mundial caiu fortemente. Tal inovação depende mais do facto de se poder aproveitar o conhecimento já existente para inovar do que apenas de investigação e desenvolvimento.

Como exemplo, cito comunicações do confrade Contzen ao IICT e à Academia Real da Bélgica que salientam as parcerias público-privadas relativamente às energias renováveis, as quais estão a funcionar entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Ele insiste ainda que os pacotes de estímulo adotados em 2009 e 2010 levam muitas vezes a que não se possa discriminar em função da nacionalidade, existindo um montante de fundos a que se pode e deve recorrer. Os pacotes de estímulo orçamental feitos por Estados desenvolvidos, como os Estados Unidos, alguns Estados europeus e também a China são assim potenciadores de

oportunidades excepcionais a nível da energia e do ambiente, que podem ser trabalhadas fora do plano interno dos países.

Contzen lembra que as inovações podem usar serviços de fonte aberta, e não apenas o software. Assim, dever-se-á aproveitar o conhecimento que existe e recorrer ao seu uso, através do aproveitamento do investimento de outrem para conseguir fazer ou utilizar os softwares que existem na Internet. Também aborda a questão das chamadas inovações negligenciadas e nota o papel crescente de Portugal na inovação, justificando este desempenho pelo esforço nacional que tem sido visível nos últimos anos. A par disso, salienta que existem inovações que não são baseadas na tecnologia. Ou seja, a capacidade de aproveitar infraestruturas configura a diferencialidade portuguesa.

A lusofonia económica assenta ainda no conhecimento relativamente ao desenvolvimento, também chamado saber tropical. Além da Declaração de Bissau, pode mencionar-se a “iniciativa portuguesa” aprovada na reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP do Rio de Janeiro em 2003 relativa às coleções históricas e científicas do IICT e a reflexão internacional em curso sobre a sustentabilidade dos ODM depois de 2015: a chave está na parceria global para o desenvolvimento, único dos ODM que conta com a iniciativa privada e com a cooperação científica e cultural.

É que a cultura pode alargar o âmbito da interdependência económica para além da comunidade de segurança do Atlântico norte. Assim, as plataformas CPLP vão além da “amizade mútua” citada nos estatutos: sustentam o ciclo virtuoso entre globalização, democracia e desenvolvimento estimado numa comunicação à Academia Real da Bélgica em 11 de Janeiro de 2014, mostrando a relevância de grupos de países próximos, não só pela geografia e história mas também pelas políticas, como a OCDE. As perceções culturais (que se costuma chamar “tribais”, para vincar a raiz antropológica) têm implicações para a pressão dos pares, sem a qual não há vigilância multilateral que funcione. Importa pois estar atento ao perigo do conhecimento pretensamente aplicável a todas as geografias e culturas, até porque a sensibilidade pessoal aos seus efeitos nem sempre consegue corrigir excessos disciplinares. Assim, as condições de sucesso das plataformas CPLP confirmam que países muito diferentes podem usar a amizade e o conhecimento mútuo, enquanto valor político genuíno, porque o termo global se refere ao facto de nove países tão diferentes terem qualquer coisa a acrescentar em conjunto.

Igualmente, encarar a CPLP como um fórum multilateral capaz de gerir a sua própria diversidade permite lançar alertas quando as relações bilaterais prevalecem sobre uma estratégia comum. A relevância de Portugal como um ponto geográfico estratégico decorre de ser portador de um papel inigualável na projeção da lusofonia. Compreende-se, assim, como é essencial potenciar a História, a Geografia e os dados recolhidos e apresentados para cultivar uma maior atenção das elites empresariais, universitárias e políticas à lusofonia global.

Relaciona-se também a mutualidade do conhecimento com a consciência das empresas portuguesas de que os fenómenos de cooperação, de internacionalização e de desenvolvimento internacional se devem fazer com base em tecnologia e são imprescindíveis para a construir conhecimento mútuo e desenvolver inovação.

O debate na AICEP trouxe sugestões para constituir uma plataforma de conhecimento capaz de disseminar todo o conhecimento que temos pelas empresas e pelos organismos públicos, bem como de um Centro Português de Internacionalização Empresarial portador de várias valências, como a reflexão sobre os instrumentos de política legislativa e administrativa essenciais à internacionalização a nível fiscal, no âmbito financeiro, na utilização dos fundos

estruturais e em tudo o que se relacione diretamente com a internacionalização. Também se desejou estudar a internacionalização sectorialmente identificando sectores prioritários para criar clusters em volta de uma empresa âncora e assim aperfeiçoar práticas institucionais, como se descreve na seção 4, relativamente à lusofonia económica.

De novo, a primeira vaga da globalização resultou de um desígnio português. Nesse sentido, recuperar a diferencialidade assenta na combinação virtuosa das pertenças europeia e lusófona e das liberdades política e financeira. A diferencialidade inclui, para além das políticas intergovernamentais, processos de colaboração entre órgãos de soberania que evitem eventuais excessos da separação dos poderes, sendo que os seus efeitos devem ter em conta a volatilidade dos mercados, mesmo quando ela se não manifesta, como tem sido o caso depois do fim do programa de ajustamento em meados de 2014.

Está muito facilitada a comunicação entre pessoas e empresas a nível global e esse facto ilustra a aceleração da interdependência, ou da sensibilidade, das economias nacionais entre si. A interação entre G&G em Portugal deve assentar na gestão da diversidade relativamente a outros Estados de modo a que relações bilaterais e multilaterais estejam alinhadas com a globalização. Seguindo o caminho da diferencialidade política e da cooperação em termos de mercado no plano global e a competitividade interna em termos de mercado aliada a uma cooperação política nacional, Portugal melhorará o seu desempenho internacional.

4. Lusofonia económica

Sem a lusofonia global, Portugal vale menos na Europa. Este valor depende em grande parte do que Portugal consegue trazer para a Europa, pelo que é fundamental operacionalizar uma estratégia com credibilidade e segurança. Estar aberto à globalização é o critério para fomentar as zonas de integração económica de Portugal e dos outros oito países da CPLP. Além da União Europeia, estas plataformas da CPLP incluem: Comunidade de Desenvolvimento da África austral para Angola e Moçambique, Comunidade Económica dos Estados da África central para Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, Comunidade Económica dos Estados da África ocidental para Cabo Verde e Guiné-Bissau, Mercado Comum do Sul para o Brasil, Associação das Nações dos Sudeste asiático - à qual Timor leste está para aderir - e Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Explorando a complementaridade entre estas plataformas, potencia-se a interação positiva entre G&G.

A lusofonia global adquiriu maior visibilidade, não só por causa da crise da zona do euro e a resposta das empresas portuguesas ao desafio da exportação durante o período de ajustamento que se seguiu ao pedido de resgate - mas também por opção do governo. Na sequência do relatório do grupo de trabalho Internacionalização e Desenvolvimento entregue ao Primeiro-ministro no Verão de 2011, o Conselho de Ministros criou o já referido CEIE, secretariado pela AICEP. Em 2013, apreciou o relatório do projeto da lusofonia económica contendo uma lista de 45 propostas para ultrapassar os constrangimentos identificados na atividade das empresas portuguesas nos outros países da CPLP e suas zonas de integração regional através da facilitação de investimentos e comércio, de acordos internacionais, da formação e capacitação e da circulação de pessoas, incluindo esquemas de implementação e monitorização das medidas e sua potencial abertura às respetivas zonas de integração regional.

Em Janeiro de 2014, a pedido do presidente do CEIE, o projeto foi assumido pelas empresas representadas no Conselho Geral da ELO, então presidido pela Galp, tendo-se decidido declinar as medidas em cinco sectores, a começar pela energia e recursos naturais, no quadro

da chamada lusofonia energética. Com a consultora PwC, que já apoiara o primeiro relatório, este grupo de trabalho que inclui EDP, Galp, REN, Visabeira, pretende reforçar sinergias entre as empresas lusófonas do cluster energético, concentrar esforços e valências em termos de conhecimento e talento a ser aportado pelas empresas e pelo seu capital humano de maneira a afirmar Portugal como centro de competências e de excelência no setor. Cada um dos outros países da CPLP foi assim apreciado através dos eixos de ação seguintes:

Acesso aos mercados (obtenção de vistos, importação de capitais, repatriação de capitais e dividendos, financiamento, regulamentação da concorrência, risco de crédito, risco de câmbio);

Instrumentos de atenuação do risco de internacionalização (seguros de risco de crédito e apoio à facilitação de garantias de investimento);

Capacitação e formação (divulgação sobre os mercados e estratégia das regiões económicas)

Segurança jurídica (leis sobre a propriedade, leis sobre investimento, repatriamento de capitais e arbitragem internacional);

Tributação e segurança social (onerosidade acrescida em contexto internacional)

Acordos comerciais (facilitação do comércio);

Proteção recíproca de investimento (segurança);

Burocracia (redução dos custos de contexto).

Os relatórios intercalares sobre serviços financeiros (do qual fazem parte BPI, CGD, Millennium, Santander Totta, CTT e BIC); comunicações e infraestruturas (do qual fazem parte Cimpor, Mota-Engil, CTT, NOS, Revigres e Visabeira) são facilitados pela KPMG, também membro do Conselho Geral da ELO. A título de exemplo, os constrangimentos identificados na atividade quer das instituições financeiras quer das empresas que são seus clientes foram agregados de acordo com as seguintes dimensões:

Circulação de pessoas e capitais, nomeadamente quanto à obtenção de vistos ou repatriamento de dividendos;

Leis sobre a propriedade e segurança jurídica, nomeadamente quanto a regimes de propriedade ou o funcionamento do sistema judicial;

Literacia económica e formação, nomeadamente quanto à capacitação de agentes económicos e recursos humanos;

Tributação, nomeadamente quanto a acordos de dupla tributação ou o regime aduaneiro;

Acordos comerciais, proteção recíproca de investimentos e investimento direto, nomeadamente quanto aos Regimes de proteção de recíproca de investimentos ou aos Regimes de investimento privado;

Outros constrangimentos, nomeadamente quanto à constituição de empresas, acesso a financiamento, temas logísticos, etc.

Estão previstos mais dois grupos de trabalho, agricultura e mar; turismo, serviços, saúde e educação, sendo que já existe um relatório intercalar sobre mar, também facilitado pela PwC. Espera-se que os restantes setores possam arrancar em breve para melhor superar deficiências de execução do projeto em Portugal ou noutras plataformas CPLP. Os três relatórios foram debatidos no CEIE e o referente à energia será seguido mais de perto pela Academia, como sequência do projeto da , em 7 de Novembro de 2014.

5. Conclusão

A vasta dimensão do tema dito do “valor económico da língua” exige uma análise multidimensional que varia consoante a língua. No que toca à portuguesa, deve compreender-se a potencialidade específica na projeção das economias não só dos países membros da CPLP e suas áreas regionais mas ainda das comunidades falantes, abundantes em países da OCDE.

Nesse sentido, os indicadores relevantes diferem dos relevantes para a francofonia, por exemplo, que se inscrevia em competição com o inglês, ao passo que o português seria complementar no espírito do conhecimento mútuo. Atente-se que a dimensão cultural sempre mereceu mais destaque na CPLP do que noutras formações de base linguística, como a Francophonie e a Commonwealth, até por causa da grande diversidade dos países membros e observadores.

Em conclusão, num mundo com concorrência à escala global, a lusofonia deve projetar esses países e comunidades em direções comuns, tornando-se um desígnio nacional em todos eles, na linha do que Antoine de Saint-Exupéry escreveu em *Terre des hommes*, 1939: “*aimer ce n’est pas se regarder l’un l’autre, c’est regarder dans la même direction*”.

Recordo essa expressão no artigo em inglês citado na introdução para repisar que a lusofonia tem de ser global e radico essa necessidade nas motivações nacionais não só da primeira globalização, associada às viagens marítimas, mas também da segunda, em que predominaram viagens terrestres no interior da África austral, como ilustrado nas publicações do IICT que comemoraram o 125 anos da Comissão de Cartografia e o Centenário da República. Aí se puderam identificar paragens da lusofonia global não apenas nas capitais dos Estados membros da CPLP, atualmente sob presidência timorense, mas também em Berlim, Rio de Janeiro, Macau, etc.

Bibliografia

African Economic Outlook, vários anos, Paris: OCDE

Borges de Macedo, J. 1985, «A conferência de Berlim cem anos depois», *Democracia e Liberdade*, nº 35.

Borges de Macedo, J. 1987, *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2ª edição 2006

Braga de Macedo, J. 2005, organizador, *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático.

Braga de Macedo, J. 2006, “Não esquecer Bissau”, *Cooperação*, série II, nº 1, pp. 15-16 (versão completa no blogue História Lusófona do Instituto de Investigação Científica Tropical, 5 de Novembro)

Braga de Macedo, J. 2010, “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global”, Apresentação, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, pp 5-7, disponível no respectivo blogue História Lusófona de 9 de Dezembro

Braga de Macedo, J. 2011, “Global crisis and national policy responses: together alone?”, separata de *Ética, Crise e Sociedade* coordenação de Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, pp. 91-159.

Braga de Macedo, J. 2013, «Globalisation et gouvernance tous azimuts», *Actes de Colloque “La Démocratie, enrayée?”*, Bruxelas : Academia Real da Bélgica, pp. 75-96.

Braga de Macedo, J. 2014a, «A globalização liberta ou apavora?», *Lucere*, Luanda: Universidade Católica de Angola

Braga de Macedo, J. 2014b « Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa», *D'aquém, d'além e d'ultramar Estudos de homenagem a António Dias Farinha*, no prelo, pp. 93-134

Braga de Macedo, J. 2014c, «A globalização liberta a lusofonia», Comentário a *Strategy for Portuguese-speaking market one vision one strategy one execution*, por João Araújo e José Tenório de Figueiredo, Lisboa: Universidade Católica Editora, Setembro

Braga de Macedo, J. 2014d, «A globalização liberta aproximando», intervenção no colóquio *À procura da liberdade*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Outubro

Braga de Macedo, J. 2014e, «Manuel Jacinto Nunes Cidadão Economista», *Nova Cidadania*, 54 Outono Inverno, pp. 51-56

Braga de Macedo, J. 2014f “Conhecimento mútuo e lusofonia global”, “Mutual knowledge and global lusophonia”, *Capital Magazine*, 81, Dezembro Janeiro.

Braga de Macedo, J. 2014g «Ultimato e lusofonia global», IICT Blogue de História lusófona, Dezembro

Braga de Macedo, J. e Brites Pereira, L. 2007, “Diferencialidade Portuguesa na Globalização”, *Negócios Estrangeiros*, nº 11.2, pp. 223-236.

Braga de Macedo, J., Oliveira Martins, J., Brites Pereira, L. & Tovar Jalles, J. 2013, « Globalization, Democracy and Development » *NBER Working Paper* No. 19575, Outubro.

Brites Pereira, L. 2009, «Portugal e a Globalização: Um Destino Histórico? », *Nove Ensaio na tradição de Jorge Borges de Macedo* 2009, organizado por J. Braga de Macedo, Ferreira da Silva, A., Amaral, L. e Castro Henriques, A., Lisboa: Tribuna da História em colaboração com IICT e CG&G, pp. 155-176.

Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro 2013 brochura bilingue com DVD coordenada por Vítor Rodrigues, Ana Cristina Martins, Maria Cristina Duarte, Maria Otília Carvalho e Luís Frederico Antunes (inclui *Writing to Queens while crises proceed* por J. Braga de Macedo, J.F.P. Santos e R. Malhó), Lisboa: IICT

Cruz, D.I. 2013, *Portugal na conferência de Berlim*, Lisboa: Almedina e Fundação Luso-Americana.

Futuro e História da Lusofonia Global, organizado por Miguel Jasmins Pereira, Lisboa: IICT 2008

Internacionalização e Desenvolvimento, Relatório entregue ao Primeiro Ministro, Presidência do Conselho de Ministros e IICT, 2011

Maddison, A. 2001, *The World Economy: a Millennial Perspective*, Paris: OCDE.

Maddison, A. 2007, *Contours of the World Economy, 1-2030 AD, Essays in Macroeconomic History*, Oxford: Oxford University Press.

OECD 2003, *Globalisation and Governance Main results of the OECD Development Centre's 2001-2002 Programme of Work*, Paris.

OECD 2010, *Perspectives on Global development: shifting wealth*, Paris.

Parcerias Público-Privadas e Integração Económica na África austral 2004, organizado por J. Braga de Macedo e C. Feijó, Lisboa: IICT & UCAN.

Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010, coordenação Ana Cristina Martins e Teresa Albino, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa: IICT 2010

Writing to Queens while crises proceed, in *Ciência nos Trópicos* 2013

INOVA



Nova School of Business and Economics

Faculdade de Economia
Universidade Nova de Lisboa
Campus de Campolide
1099-032 Lisboa PORTUGAL
Tel.: +351 213 801 600

www.novasbe.pt